



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria Municipal de Saúde**

(Processo Administrativo 04/2024)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de veículo automotivo para realização de transporte das equipes e estruturação da Atenção Primária da Saúde, nos termos da tabela abaixo, de acordo com resolução SES N° 8.686/2023, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Qt.	Valor Unitário	Valor total
01	<b>VEÍCULO DE PASSEIO – VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO SUV, ANO/MODELO: 2024/2025 EQUIPAMENTOS: }</b> CONFORTO: CONSOLE MÉDIO COM APOIO DE BRAÇOS • DESEMBAÇADOR TRASEIRO • CHAVE CANIVETE • AR-CONDICIONADO • VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE • RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM ELÉTRICA • BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA • } COMUNICAÇÃO: CENTRAL DE CONTROLE E SEGURANÇA MULTIMÍDIA • MULTIMÍDIA EASYLINK 8" • 4 SAÍDAS USB • } SEGURANÇA: LANTERNA TRASEIRA COM NOVA IDENTIDADE • CÂMERA DE RÉ E SENSOR TRASEIRO • REPETIDORES LATERAIS DE INDICAÇÃO DE DIREÇÃO • VIDROS DIANTEIROS COM FUNÇÃO ONE TOUCH E SISTEMA ANTIESMAGAMENTO • 2 LUZES DE RÉ • VIDROS TRASEIROS COM FUNÇÃO ONE TOUCH E SISTEMA ANTIESMAGAMENTO • DESATIVAÇÃO DO AIRBAG DO PASSAGEIRO • 3 APOIOS DE CABEÇA NO BANCO TRASEIRO • SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO • CINTOS COM FIXAÇÃO DE 3 PONTOS • FREIOS ANTITRABAMENTO (ABS) • ASSISTENTE DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA (AFU) • 6 AIRBAGS • DUAS POSIÇÕES ISOFIX NO BANCO TRASEIRO • CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESP) COM AUXÍLIO DE PARTIDA EM RAMPA (HSA) • FARÓIS EM LED • FARÓIS DE NEBLINA • CINTO DE SEGURANÇA COM PRE-TENSIONADORES • ALERTA DE CINTO DE SEGURANÇA NÃO AFIVELADO. DIRIGIBILIDADE: PILOTO AUTOMÁTICO COM LIMITADOR DE VELOCIDADE • ECO MODE • CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS • STOP & START • MOTOR 1.6 16V SCE • DIREÇÃO ELÉTRICA • INDICADOR DE TROCA DE MARCHA (GSI). DADOS TÉCNICOS: } ARQUITETURA: CARROCERIA MONOBLOCO, UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV), 5 PASSAGEIROS, 5 PORTAS } TRAÇÃO: DIANTEIRA (4X2) } CILINDRADA: 1.598 CM³ } POTÊNCIA MÁXIMA: 118 CV (GASOLINA) 5.500 RPM / 120 CV (ETANOL) 5.500 RPM } TORQUE MÁXIMO: 16,2 KGFM (GASOLINA) 4.000 RPM / 16,2 KGFM (ETANOL) 4.000	01	130.929,50	<b>R\$130.929,50</b>



## **PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Para a prestação do serviço solicitado, a interessada deverá comprovadamente ser pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta solicitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº14.133/2021.
- 4.2. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto.
- 4.3. Cabe a contratada, através de seus funcionários, disponibilizar os materiais no local indicado;

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

- 5.1. O prazo para a entrega é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



## **PREFEITURA DE UNAÍ** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



## PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



## PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 130.929,50(CENTO E TRINTA MIL NOVECENTOS E VINTE NOVE E CINQUENTA CENTAVOS) Conforme valores unitários dos itens contados ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

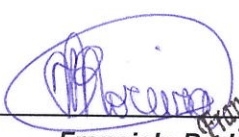
9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Unaí.


9.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 02.06.04 – Secretaria Municipal de Saúde;
- II) **Fonte de Recursos: FICHA: 848**  
**2.621 R\$ 88.039,59**  
**1.621 R\$ 3.000,00**  
**1.500 R\$ 39.889,91**
- III) Programa de Trabalho: manutenção dos serviços de atenção básica pela estratégia saúde da família
- IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

9.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Unaí-MG, 09 de maio de 2024.

  
**Franciele Barbosa Moreira**  
Auxiliar Administrativo  
Matrícula 143193

  
**Karen Costa Martins**  
Coordenadora da Atenção Primária  
COREN-MG 193337